

ESTUDO SOBRE OS CONCEITOS DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO VEICULADOS NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR: IMPLICAÇÕES PARA A PRÁTICA E A FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR QUE ATUARÁ NOS 1ºS E 2ºS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Débora Patrícia Oliveira Ribeiro (PIC/UEM), Leila Pessôa Da Costa (Orientadora), e-mail: ribeiro.debora98@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Ciências Humanas: Educação

Palavras-chave: Educação Básica, Currículo, Alfabetização e Letramento.

Resumo:

Este trabalho é oriundo de um projeto de iniciação científica (PIC), que teve como objetivo analisar as concepções de alfabetização e letramento expressos na BNCC – Base Nacional Comum Curricular, suas implicações para a prática pedagógica e a formação de professores da Educação Básica atuantes nos 1ºs e 2ºs anos do Ensino Fundamental. Esta proposição é um recorte desse projeto que aborda o resgate histórico da alfabetização no Brasil, as concepções teóricas sobre alfabetização e letramento que são veiculadas e as que estão presentes no documento. Considera ainda a importância da clareza sobre os conceitos veiculados pela BNCC em função da implicação que essa normatização tem sobre as avaliações nacionais e a formação dos professores, entre outros.

Introdução

Este trabalho é oriundo de um projeto de iniciação científica (PIC), que teve como objetivo analisar as concepções de alfabetização e letramento expressos na normatização estabelecida pela BNCC (BRASIL, 2018), suas implicações para a prática pedagógica e a formação de professores da Educação Básica atuantes nos 1ºs e 2ºs anos do Ensino Fundamental. Considerou-se nesse estudo o histórico desse processo no Brasil, o que dizem diferentes autores sobre essa temática e o documento analisado.

A história dos métodos de alfabetização, tendo como referência os estudos de Mortatti (2006) é importante que seu resgate seja feito, tendo em vista não incorrerem em pressupostos que já se mostraram ineficazes na aquisição dessas habilidades, como evidenciado por Soares (2004) sobre a indissociação entre alfabetização e letramento, visto que ambos os processos possuem a intenção de integrar o indivíduo no mundo da escrita e da cultura letrada.

O estabelecimento da BNCC (BRASIL, 2018, p. 1) como um documento norteador para o ensino, tanto nas redes públicas como particulares, implica na obrigatoriedade da elaboração de currículos e planejamentos, a partir das orientações nela contidas.

Este documento tem como suporte e fundamento o que está posto na Constituição Federal (CF) de 1988, na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) de 1996, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) de 2013 e no Plano Nacional da Educação (PNE) de 2014, que em sua redação já previam a criação de uma Base Comum para o ensino brasileiro.

Um dos focos dessa orientação é à alfabetização e o letramento que implica na revisão da prática pedagógica e na formação de professores, em especial aqueles que atuam nos 1ºs e 2ºs anos do Ensino Fundamental.

Neste trabalho, em função da extensão e espaço destinado, optamos por fazer um recorte sobre o histórico da alfabetização no Brasil, os estudos baseados em Soares (2014, 2016 e 2017) sobre a indissociabilidade do processo de alfabetização e letramento, como base no que está proposto nas novas determinações (BRASIL, 2018).

Materiais e métodos

A pesquisa é de natureza bibliográfica e iniciou-se com o estudo do tema alfabetização e letramento proposto no documento base elaborado pelo MEC (BRASIL, 2018) e posteriormente na pesquisa bibliográfica acerca da discussão dessa temática.

Considerou-se a referência bibliográfica utilizada nas disciplinas que abordam esse conteúdo, ministradas no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, e em especial os estudos de Soares (2014, 2016 e 2017).

O método para coleta de dados foi norteado pelas seguintes questões: O que é alfabetização? O que é letramento? Da leitura desses materiais os dados foram organizados para que a análise pudesse ser empreendida.

Resultados e Discussão

De acordo com Mortatti (2006), a história da alfabetização no Brasil está entrelaçada com a história dos métodos de alfabetização, os quais foram altamente discutidos a partir do final do século XIX, momento no qual aconteciam “[...] tensas disputas relacionadas com ‘antigas’ e ‘novas’ explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever” (MORTATTI, 2006, p. 1), visto que a leitura e a escrita deixou de ser uma prática restrita à classe mais favorecida social e economicamente, estendendo-se para os demais segmentos sociais e função da escola pública. O processo de aquisição desse conhecimento implica num avanço nos direitos constitucionais até então veiculados (MORTATTI, 2006, p. 3).

Mortatti (2006, p. 4) observa que historicamente a alfabetização no Brasil teve 4 momentos: organizar metodologicamente esse processo de ensino da leitura adotando o método sintético e posteriormente o método analítico. Esses dois momentos resultaram no que a autora denominou de “alfabetização sob medida” (MORTATTI, 2006, p. 8), que considerava a maturidade da criança e a escolha por parte de quem ensinava. Por fim a autora apresenta o momento denominado de desmetodização, quando a educação se pauta equivocadamente na corrente construtivista que passa a ser vista como um método ao invés de uma “revolução

conceitual” e ocasiona o abandono das teorias e práticas tradicionais. (MORTATTI, 2006, p. 10).

Nesse percurso a alfabetização foi entendida como a aquisição do código da linguagem escrita, o que nesse último momento traz à tona uma intensa discussão sobre a concepção de alfabetização, para a qual a introdução do conceito de letramento proposto por Magda Soares (2014, 2016 e 2017), é relevante.

Para Soares (2017, p. 16) a alfabetização é um “[...] processo de aquisição do código escrito, das habilidades de leitura e escrita” e “[...] aprender a escrita alfabética é, fundamentalmente, um processo de converter sons de fala em letras ou combinação de letras – escrita -, ou converter letras, ou combinação de letras, em sons da fala – leitura.” (SOARES, 2016, p. 46).

Nesse sentido, a alfabetização diz respeito a apropriação da linguagem oral e escrita, enquanto o letramento refere-se ao desenvolvimento da capacidade da ação verbal do indivíduo e possuem a intensão de integrá-lo no mundo da escrita e da cultura letrada, por isso ambos os processos, de acordo com a autora (SOARES, 2014, p. 14), são indissociáveis e ocorrem simultaneamente.

Esse conceito é incorporado, pelo menos teoricamente, na BNCC (BRASIL, 2018, p. 88) ao definir que “[...] alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua [...]”.

Dizemos teoricamente, pois ao estabelecer a necessidade de que se conheça “as relações entre fonema e grafema” (BRASIL, 2018, p. 90) isso implica em conhecer que as letras apesar de um mesmo som podem ser escrita de forma diferentes ou ao contrário, que um mesmo som tem diferentes formas de escrita e ai, focar o ensino nos aspectos ortográficos desse processo, desconsiderando a concepção de letramento, o que parece estar previsto no documento, de forma implícita, que isso ocorrerá ao longo do Ensino Básico.

Isso é reforçado quando o documento observa a importância de nos anos iniciais que o aluno se aproprie do sistema de **escrita alfabética** (BRASIL, 2018, p. 57, grifos nossos) visto que essa apropriação demanda um conhecimento das questões ortográficas e gramaticais da língua, apesar de complementar que esse processo deva se dar de “[...] modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramento”. (BRASIL, 2018, p. 57), o que dificilmente será possível nos dois primeiros anos de escolarização.

Conclusões

É possível observar que este documento traz em seu bojo o discurso que é veiculado por autores que discutem a questão, sendo eles, inclusive citado no seu desenvolvimento de forma geral, sem que, contudo, sejam apontados nas referências bibliográficas, aliás, inexistentes nesse documento.

Essa estratégia fragiliza, não só, a intencionalidade do documento ao normatizar uma proposta curricular, mesmo com uma certa flexibilidade quando se trata de sua aplicação, como possibilita diferentes interpretações sobre os seus objetivos.

A falta de clareza sobre os conceitos subjacentes a uma proposta que normatiza, o currículo escolar, as avaliações nacionais e a formação de professores que atuarão nesses anos de ensino, entre outros, comprometerá a organicidade do sistema de ensino.

Além disso, sem termos claro essas concepções, corremos o risco de repetir os erros do passado e não possibilitarmos o acesso a esse conhecimento necessário a todos os cidadãos.

Agradecimentos

Referências

BRASIL (MEC). **Base Nacional Comum Curricular**. 2018. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em 01 jul. 2019.

MORTATTI, M. R. L. História dos métodos de alfabetização no Brasil. In: Conferência proferida durante o **Seminário "Alfabetização e letramento em debate"**, promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Realizado em Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf> Acesso em 01 jul. 2019.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

SOARES, M. **Alfabetização**: a questão dos métodos. São Paulo: Contexto, 2016.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017.